

ANEXO I

TRATAMENTO E PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

Considerando que:

1. O Regulamento 2016/679, do Parlamento Europeu e do Conselho de 27 de abril de 2016 relativo à proteção das pessoas singulares no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais e à livre circulação desses dados e que revoga a Diretiva 95/46/CE (“Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados” ou “RGPD”), é obrigatório e diretamente aplicável em todos os Estados-Membros desde o passado dia 25 de maio de 2018;
2. A ordem jurídica nacional acolhe o primado do Direito da União Europeia e consagra os direitos fundamentais à reserva da intimidade da vida privada e à proteção de dados pessoais na Constituição da República Portuguesa (Artigos 26.º e 35.º - respetivamente);
3. A Entidade adjudicante, fornece produtos e serviços nos termos e condições definidos na lei, nos seus Estatutos, pelas deliberações dos órgãos que a integram ou que sobre ela exercem poderes de tutela e, subsidiariamente, pela Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto e, no que nesta não for especialmente regulado, pela lei comercial e, subsidiariamente, pelo regime do setor empresarial do Estado;
4. Tendo em consideração que os produtos e serviços prestados pela Entidade adjudicante, são serviços públicos essenciais de um setor especial;
5. Atendendo aos princípios da boa gestão e eficiência da Administração Pública, no sentido que se exige que a atividade administrativa deve ser apta a atingir os objetivos que cabe à Entidade adjudicante prosseguir;
6. Atendendo que a boa gestão e eficiência dos serviços que presta pressupõe que a Entidade adjudicante adote soluções que visem assegurar a otimização dos seus níveis de serviço;
7. Atentando no considerando 4 do RGPD, segundo o qual “[o] direito à proteção de dados pessoais não é absoluto; deve ser considerado em relação à sua função na sociedade e ser equilibrado com outros direitos fundamentais, em conformidade com o princípio da proporcionalidade”;
8. O Contrato a celebrar entre a Entidade adjudicante e o Adjudicatário tal como disposto no Caderno de Encargos, implica o tratamento de dados pessoais, ainda que incidentalmente;

O Adjudicatário e a Entidade adjudicante, doravante conjuntamente designadas como “Partes”, acordam nas seguintes regras com vista à salvaguarda das garantias adequadas dos dados pessoais das pessoas singulares no âmbito das relações estabelecidas entre si:

Cláusula 1.ª Definições

1. “Tratamento de dados pessoais” e “operações de tratamento de dados”, o tratamento de dados pessoais realizado pelas Partes e objeto do presente Anexo, sem prejuízo da definição estabelecida no Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados e que deverão ser tidas em consideração.
2. As expressões “dados pessoais”, “responsável pelo tratamento”, “destinatário”, “subcontratante”, deverão ser interpretados segundo o estabelecido no Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados, e demais legislação aplicável em matéria de proteção de dados pessoais, bem como demais terminologia que ali se represente. A título complementar, dever-se-á ter em consideração as linhas

de orientação emitidas pelas Autoridades de Controlo para aquele efeito, bem como a jurisprudência relevante sobre o assunto.

Cláusula 2.^a Responsabilidade pelo tratamento de dados pessoais

1. O presente Anexo tem como objeto a salvaguarda das garantias adequadas dos dados pessoais tratados no âmbito da relação estabelecida entre as Partes e melhor acima identificadas nos respetivos considerandos.
2. No seguimento do ponto anterior, a Entidade adjudicante é responsável pelo tratamento nos termos do RGPD:
 - a) Em relação aos dados pessoais comunicados pelo Adjudicatário com vista à celebração de Contrato no âmbito do procedimento de contratação pública e em cumprimento do Código dos Contratos Públicos, desde logo, no seguinte contexto:
 - (i) Receção dos documentos da proposta e análise dos mesmos;
 - (ii) Cumprimento legal da obrigatoriedade de análise das propostas submetidas pelos concorrentes no âmbito da abertura de um procedimento de contratação pública;
 - (iii) Cumprimento legal da obrigatoriedade de publicidade e transparência, enquanto princípios subjacentes à contratação pública;
 - (iv) Receção dos documentos de habilitação com dados identificativos de administradores/gerentes/procuradores;
 - (v) Elaboração do contrato.
 - b) Em relação aos dados pessoais comunicados ao Adjudicatário para execução do contrato celebrado entre as Partes.
 - c) Pelo tratamento subsequente dos dados que o Adjudicatário lhe comunicar.
3. O Adjudicatário é Responsável pelo Tratamento em relação às operações de tratamento de dados que realize no âmbito da sua relação com os seus colaboradores, incluindo a garantia e gestão de transportes, materiais, utensílios, equipamentos de proteção individual (EPIs) e/ou fardamento, bem como outros equipamentos indispensáveis à boa prestação do serviço. O Adjudicatário é também Responsável pelo Tratamento no que respeita aos equipamentos eletrónicos que fornece aos seus colaboradores para acesso à plataforma interna da Entidade Adjudicante, nos termos definidos nas Cláusulas Técnicas, sendo responsável por garantir que os referidos equipamentos cumprem com as melhores regras de segurança da informação e, no mínimo, com as medidas de segurança estabelecidas no Anexo II do presente Acordo.
4. O Adjudicatário é subcontratante da Entidade Adjudicante relativamente aos dados pessoais que estão na sua disponibilidade para, em nome e por conta das instruções da Entidade Adjudicante, garantir o cumprimento da legislação aplicável à AEdP no domínio da segurança e saúde no trabalho, nomeadamente, por via das seguintes atividades previstas no caderno de encargos:
 - a) Solicitação de documentos relativos às equipas de trabalho externas que evidenciem o cumprimento do dever de assegurar a segurança e a saúde dos colaboradores que estão em serviço.
 - b) Acesso a uma plataforma interna que permite efetuar o acompanhamento e monitorização das atividades da entidade adjudicante.
 - c) Emissão de relatórios.
 - d) Emissão de análises documentais e respetiva validação documental.

5. A Entidade Adjudicante confia ao Adjudicatário, na qualidade de subcontratante nos termos do RGPD, o tratamento de dados pessoais inerente à relação estabelecida entre si, única e exclusivamente dentro dos termos contratualizados entre as Partes, considerando-se o Contrato, para o efeito, as únicas instruções de tratamento de dados confiados pela Entidade Adjudicante; isto, sem prejuízo de eventuais pedidos escritos e devidamente documentados que, para todos os efeitos, integram o presente Contrato.
6. A Entidade adjudicante, é destinatário dos dados pessoais que lhe são comunicados pelo adjudicatário nos termos da Cláusula 3.ª seguinte, sem prejuízo das obrigações que as Partes ora acordam impenderão sobre o adjudicatário.

Cláusula 3.ª Dados pessoais e finalidade do tratamento

1. Os dados pessoais disponibilizados pelo Adjudicatário, à Entidade adjudicante, com vista à celebração de contrato no âmbito do procedimento de contratação pública e em cumprimento do Código dos Contratos Públicos, dizem essencialmente respeito a colaboradores das Partes e a representantes legais e mandatários do Adjudicatário, nomeadamente:
 - a) Nomes;
 - b) Documentos de identificação;
 - c) Morada e contactos;
 - d) Dados da vida Profissional e/ou académica;
 - e) Certidão Não-Dívida nos casos de empresas em nome individual;
 - f) Registo criminal para efeitos de contratação pública, da empresa, do(s) titular(es) dos órgãos sociais de administração, direção ou gerência;
 - g) Outros documentos de habilitação do Adjudicatário como previsto no procedimento de abertura do concurso;
 - h) Demais elementos necessários no âmbito da contratação e tal como previsto no procedimento de abertura do concurso, nomeadamente, no caderno de encargos ou convite;
2. Os dados pessoais recolhidos pelo Adjudicatário ou que lhe são tornados acessíveis pela Entidade Adjudicante para a finalidade de garantir o cumprimento da legislação que lhe é aplicável no domínio da segurança e saúde no trabalho, respeitam aos colaboradores da Entidade Adjudicante e de prestadores de serviços da Entidade adjudicante e não devem exceder os seguintes:
 - a) Nome do Colaborador a quem foi atribuída a intervenção;
 - b) Número da Requisição, modelo/sintoma;
 - c) Localização da intervenção.
3. Os dados referidos no número anterior destinam-se única e exclusivamente a permitir à entidade adjudicatária assegurar as atividades incluídas no âmbito contrato celebrado entre as partes e mais bem identificados nos considerandos a este Anexo, e tal como mais bem detalhadas nas cláusulas técnicas do caderno de encargos.
4. O tratamento dos dados pessoais para finalidades diversas das previstas nesta Cláusula, constitui utilização ilícita dos mesmos, podendo ser causa da resolução sancionatória do contrato por incumprimento grave, sem prejuízo da responsabilidade que venha a impender sobre as Partes, e entre si, nos termos da lei.

Cláusula 4.^a Obrigações e garantias das Partes

1. Sem prejuízo das demais obrigações que impendem sobre o Adjudicatário na qualidade de responsável pelo tratamento dos dados pessoais dos seus colaboradores, o Adjudicatário garante:
 - a) Informar os seus colaboradores sobre o tratamento que será feito dos seus dados pessoais nos termos do contrato celebrado entre as Partes, nomeadamente, como identificado nas Cláusulas 2.^a e 3.^a acima;
 - b) Fundamento jurídico para comunicar dados pessoais à entidade adjudicante, para a boa execução do Contrato.
2. Caso alguma das Partes identifique uma violação de dados pessoais no âmbito da execução do contrato entre si celebrado, comunica de imediato o facto à contraparte, e, em qualquer circunstância, no prazo máximo de 48 horas, por escrito e, preferencialmente, através de correio eletrónico endereçado ao Encarregado de Proteção de Dados designado se aplicável, das violações de segurança ocorridas no âmbito do presente contrato; comprometendo-se na assistência mútua na gestão de tais incidentes atinentes a violações de dados pessoais. No caso da Entidade adjudicante, o Adjudicatário deverá contactar: protecaodedados@aguasdoporto.pt.
No caso do Adjudicatário, a Entidade adjudicante deverá conhecer o ponto de contacto após a outorga do contrato.
3. Para efeitos do número imediatamente anterior, o Adjudicatário fornecerá a informação relevante a somar aos elementos previstos no artigo 33.º, n.º 3, do RGPD, designadamente, relativa à natureza e descrição do incidente, identificação e descrição de possíveis consequências para os titulares dos dados pessoais e proteção dos respetivos dados pessoais, medidas adotadas ou propostas para pôr termo à violação de dados ou a mitigar possíveis efeitos nefastos. Caso não seja possível comunicar tais informações no prazo estabelecido, as mesmas deverão ser comunicadas de forma faseada, sem demora injustificada.
4. O Adjudicatário, compromete-se a:
 - a) Dar cumprimento às instruções para o tratamento de dados pessoais emitidas pelo responsável pelo tratamento no âmbito das relações estabelecidas entre si;
 - b) Garantir que o acesso aos dados pessoais é limitado apenas aos colaboradores que necessitem de ter acesso aos dados pessoais. Para os efeitos do presente Anexo, deverá entender-se por colaborador toda e qualquer pessoa singular ou coletiva que, independentemente do vínculo jurídico estabelecido, haja sob as suas orientações. São exemplos, os representantes legais, os trabalhadores, os prestadores de serviços, os procuradores e os consultadores;
 - c) Manter sigilo referente aos dados pessoais a que tenha acesso no âmbito do contrato, e garantir que todas as pessoas afetas ao tratamento dos dados se encontram vinculadas, por escrito, a obrigações de sigilo ou compromissos de confidencialidade que deverão permanecer após a cessão do contrato celebrado entre as Partes, adotando as medidas de segurança adequadas para o efeito;
 - d) Utilizar os dados pessoais, objeto de tratamento, exclusivamente para as finalidades previstas, não podendo em caso algum utilizar os dados para fins próprios alheios ao presente Anexo;
 - e) Não comunicar os dados pessoais a que tenha acesso a terceiros sem expressa autorização da Entidade adjudicante, ou em cumprimento de imposição legal, cenário que deve ser dado a conhecer à Entidade adjudicante, logo que possível;

- f) **A avaliar a necessidade de realização de uma avaliação de impacto em conformidade com a legislação aplicável, relativamente às operações de tratamento de dados realizadas conjuntamente dos termos deste Anexo;**
 - g) Assegurar a realização de auditorias periódicas às medidas técnicas e organizativas para garantia da segurança dos sistemas e dos serviços de tratamento;
 - h) Manter os registos de atividades de tratamento de dados realizadas no âmbito do presente Anexo, devendo, para o efeito, cumprir com os requisitos previstos no artigo 30º do RGPD;
 - i) Permitir o acesso da Entidade adjudicante aos suportes de tratamento de dados pessoais, no que respeita ao registo dos tratamentos efetuados, para efeitos de auditoria e verificação do cumprimento das obrigações legais e contratuais inerentes;
 - j) Informar a Entidade adjudicante da existência de qualquer pedido de exercício de direitos e/ou reclamação que receba por parte dos titulares dos dados tratados no âmbito do presente Anexo, apoiando a Entidade adjudicante na resposta aos pedidos dos titulares dos dados pessoais objeto do tratamento em questão;
 - k) Prestar assistência ao responsável pelo tratamento no sentido de assegurar o cumprimento das suas obrigações em matéria de proteção de dados pessoais e privacidade;
 - l) Manter atualizados os contactos do seu Encarregado de Proteção de Dados se aplicável, e, em caso da sua substituição, dar conhecimento imediato da mesma à Entidade adjudicante;
 - m) Não subcontratar sem autorização expressa, escrita, da Entidade adjudicante;
5. As obrigações previstas nos números anteriores não prejudicam os tratamentos de dados pessoais que o adjudicatário realize para cumprimento das suas finalidades próprias, sendo, contudo, responsável único por tais tratamentos.
6. Identificada a necessidade de realização de um Avaliação de Impacto nos termos da alínea f) do ponto 4 anterior, as Partes comprometem-se a contribuir na medida do necessário para a realização da mesma, devendo o sumário executivo da avaliação realizada ser disponibilizado à contraparte.
7. Caso o Adjudicatário, na qualidade de subcontratante, considere necessário recorrer à subcontratação ulterior para a realização das funções mencionadas no Contrato deverá, após consentimento prévio da Águas e Energia do Porto nos termos da alínea m) do ponto 4 desta Cláusula, celebrar um contrato de subcontratação ou um acordo de proteção de dados, exigindo-se, porém, e no mínimo, as mesmas obrigações de segurança que aqui se estabelecem.

Cláusula 5.^a Segurança e Comunicação de Dados

1. As Partes reconhecem e acordam que, em relação à proteção dos dados pessoais tratados, devem assegurar as medidas técnicas e organizativas necessárias ao nível de segurança adequado ao risco do tratamento de dados pessoais, desde logo, a respeito dos sistemas e serviços que envolvem o tratamento dos dados pessoais objeto do tratamento.
2. Nomeadamente, a partilha dos dados entre as Partes deverá ser efetuada tendo em consideração as medidas de segurança técnicas e organizativas apropriadas, desde logo, poderá concretizar-se via:
 - a) Pasta partilhada com segregação de acessos a utilizadores autorizados previamente identificados pelas partes para o efeito;
 - b) E-mail com o conteúdo identificado como de carácter confidencial, devidamente encriptado;
 - c) Protocolo HTTPS;
 - d) Demais protocolos criptográficos necessários em geral.

3. Quaisquer transferências transfronteiriças dos dados pessoais objeto de tratamento conjunto pelos responsáveis conjuntos são estritamente proibidas, salvo disposição legal, regulamentar ou contratual aplicável em sentido contrário.
4. Nomeadamente, as Partes obrigam-se, considerando não só o estado da técnica, os custos de implementação, a natureza, âmbito, contexto e finalidades do tratamento, mas também o risco variável de violabilidade dos direitos e liberdades fundamentais do titular dos dados pessoais, a garantir a operacionalização das salvaguardas adequadas para proteger a confidencialidade, integridade, disponibilidade e resiliência dos seus sistemas usados para tratar os dados pessoais objeto da partilha, e a proteger contra a destruição ilícita, a perda, a alteração e a divulgação não autorizadas aos dados pessoais objeto de partilha, garantindo, quando aplicáveis, os requisitos específicos constantes da Resolução do Conselho de Ministros n.º 41/2018, de 28 de março, que define orientações técnicas para a Administração Pública em matéria de arquitetura de segurança das redes e sistemas de informação relativos a dados pessoais.
5. **Sem prejuízo das restantes medidas que tenha implementado ou venha a implementar, o Adjudicatário compromete-se a implementar ou garante ter já implementado, comprometendo-se a manter durante toda a duração do Contrato, pelo menos as medidas técnicas e organizativas de segurança definidas no Anexo II.**
6. As Partes proporcionam formação em matéria de proteção de dados pessoais direcionada a todas as pessoas que, sob a sua autoridade direta ou do seu subcontratante quando aplicável, no contexto do tratamento de dados, estão autorizadas a tratar os dados pessoais objeto deste Anexo.
7. O Adjudicatário, compromete-se a facultar à Entidade adjudicante, em tempo útil, mediante solicitação devidamente fundamentada, as informações necessárias à demonstração de conformidade das operações de tratamento de dados realizadas com a legislação aplicável nos termos do presente Anexo, designadamente, relacionadas com a implementação das medidas técnicas e organizativas que se comprometeram a aplicar.
8. O Adjudicatário abster-se-á de publicar ou divulgar, nomeadamente, qualquer registo, comunicação, aviso, relatório ou conferência de imprensa relativos ao incidente ou violação de dados pessoais suprarreferido, sem que a Entidade adjudicante, na qualidade de responsável pelo tratamento, confira autorização expressa.
9. Os dados pessoais do Adjudicatário poderão ser enviados para outras entidades, nomeadamente: assessoria informática, assessoria contabilística, assessoria jurídica, empresa de Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho, seguradoras, entidades de formação profissional entre outras com a mesma posição relacional (subcontratantes) face à Entidade adjudicante, nomeadamente para fazer face a obrigações legais existentes no âmbito da execução do contrato, bem ainda no caso de existir algum interesse legítimo da Entidade adjudicante

Cláusula 6.ª **Duração**

1. As operações de tratamento de dados pessoais objeto deste Anexo terão a duração de vigência do Contrato.
2. Finda a vigência do Contrato, o Adjudicatário tem a obrigação de eliminar ou devolver, a critério da Entidade adjudicante, os dados pessoais que tenham sido objeto de tratamento no âmbito do mesmo, bem como eliminar quaisquer outras cópias existentes.
3. Finda a vigência do Contrato, a Entidade adjudicante, eliminará os registos de dados pessoais da responsabilidade do Adjudicatário e que por este lhe tenham sido comunicados.

4. A eliminação de dados pessoais nos termos desta Cláusula deverá ser documentada e, logo que possível, comunicada, por escrito, à contraparte, como prova de atuação diligente.

Cláusula 7.ª Direitos dos titulares de dados pessoais

1. Reconhecendo os direitos dos titulares dos dados pessoais relevantes, para assuntos relacionados com a proteção de dados pessoais, nomeadamente, no seguimento do exercício de direitos dos titulares dos dados pessoais relevante, a Entidade adjudicante, designou um Encarregado de Proteção de Dados que pode ser contactado para protecao@aguasdoporto.pt, e, até, servir de ponto de contacto quando necessário.
2. O Adjudicatário divulgará e informará sobre o tratamento dos dados pessoais relevantes aos respetivos titulares oportunamente, nos termos da legislação aplicável.

ANEXO II

MEDIDAS DE SEGURANÇA ASSOCIADAS À UTILIZAÇÃO DE EQUIPAMENTOS INFORMÁTICOS

Cláusula 1.^a **Enquadramento**

1. A concretização da prestação do serviço pelo Adjudicatário implica a utilização de equipamentos informáticos da propriedade do Adjudicatário, pelos seus colaboradores, para que estes possam aceder à plataforma interna da Entidade Adjudicante que permite efetuar o acompanhamento e monitorização das atividades da mesma, sendo tal essencial para a adequada prestação do serviço.

Cláusula 2.^a **Obrigações do Adjudicatário quanto à utilização de equipamentos informáticos**

1. O Adjudicatário é responsável por garantir que os equipamentos informáticos utilizados cumprem com as melhores regras de segurança da informação, tendo o dever de garantir, no mínimo, as seguintes medidas de segurança estabelecidas:
 - a) Não partilhar credenciais: garantindo a segurança e privacidade dos dados. É fundamental que a equipa técnica do Adjudicatário mantenha as suas credenciais de acesso exclusivamente para seu uso pessoal, uma vez que, a partilha de senhas ou dados de login pode comprometer a integridade dos sistemas e facilitar acessos não autorizados;
 - b) Uso de mecanismo de bloqueio: é obrigatório que todos os equipamentos informáticos utilizados no âmbito da prestação de serviços e que tenham acesso às plataformas informáticas da AEdP, possuam um mecanismo de bloqueio, como padrão ou pin. Este recurso dificulta o acesso de terceiros não autorizados ao dispositivo, protegendo assim as informações confidenciais;
 - c) Não deixar o equipamento em viaturas ou locais desprotegidos: os equipamentos devem ser guardados em locais seguros e sob vigilância constante. Deixar dispositivos em viaturas ou outros locais sem proteção pode resultar em roubo, perda ou danos, comprometendo a continuidade do serviço e a segurança dos dados;
 - d) Não ligar a redes de wifi públicas: Para minimizar os riscos de ataques cibernéticos e interceção de dados, é essencial que o Adjudicatário não se conecte a redes de wifi públicas. As redes não seguras podem ser utilizadas por cibercriminosos para capturar informações sensíveis e prejudicar a segurança dos sistemas;
 - e) Uso de software antivírus: é essencial que todos os equipamentos informáticos, incluindo tablets, utilizados na prestação de serviço estejam equipados com software antivírus atualizado regularmente. Este mecanismo ajuda a prevenir, detetar e remover malware, garantindo assim a proteção dos dados e a integridade dos sistemas.